

**ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *"Ata da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Pedro Kemp e secretariada pelos deputados João César Mattogrosso e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Dois da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 234/2026, da Presidência da República; Ofícios nºs 170.163 e 172.296/2026, do Ministério dos Transportes; Ofícios nºs 427, 438 e 439/2026 (eletrônico), da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 0463135/33/002914/2026, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul; e-mail da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; e-mail da professora Letícia Couto Garcia, do Laboratório Ecologia da Intervenção da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; e-mail da senadora Tereza Cristina; Ofício nº 9/2026, do Bioparque Pantanal; Cartas nºs 545 e 549/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul; Ofício nº 675/2026, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.; Carta nº 450/2026, da Águas Guariroba. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso, Hashioka, Zé Teixeira, Caravina, Paulo Duarte, Lidio Lopes, Pedro Kemp e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Marcio Fernandes, Lia Nogueira, Pedrossian Neto e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 20/2026, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 327/2025, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lucas de Lima, endereçada aos familiares de Joilson Vieira de Oliveira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do 10º Batalhão de Polícia Militar, soldado PM Alexandro Jonas Mendes da Silva e soldado PM Daiane de Barros Jara, em reconhecimento à destacada atuação no atendimento de ocorrência de violência doméstica de extrema gravidade, com preservação da vida de uma mulher e de três crianças, demonstrando elevado preparo técnico, coragem,*

*profissionalismo e compromisso com a proteção da sociedade sul-mato-grossense; requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo, solicitando que seja concedido o Diploma de Ilustre Visitante ao deputado estadual, do Estado de São Paulo, senhor André Bueno; indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Zé Teixeira e João Henrique. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de junho do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores e senhoras deputadas e a todos os presentes à Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 10 de junho de 2026: e-mail da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, notificando transferência de Recurso Federal para o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Semadesc (Prot. nº 1609/2026); Ofícios nºs 962 e 981/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Coronel David (Prot. nºs 417, 815/2026); e-mail de Diana Pache Rodrigues (enfermeira fiscal do Corens/MS), respondendo à moção de congratulação do deputado João Henrique (Prot. nº 1312/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando informações acerca da implementação, do planejamento orçamentário e da execução administrativa relacionados ao fornecimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde, de produtos industrializados contendo como ativos derivados vegetais ou fitofármacos da Cannabis sativa, destinados ao tratamento de doenças, síndromes e transtornos de saúde, nos termos da Lei Estadual nº 6.317/2024. Para tanto, requer-se que o secretário de Estado de Saúde preste os seguintes esclarecimentos: I - Qual foi o valor destinado, no orçamento estadual, ao custeio do fornecimento de medicamentos, produtos industrializados, derivados vegetais ou fitofármacos à base de Cannabis sativa, especialmente aqueles contendo canabidiol, pelo Sistema Único de Saúde em Mato Grosso do Sul, nos últimos três anos? II - Qual foi o valor destinado, no orçamento estadual, ao custeio do cumprimento de decisões judiciais que determinaram ao Estado de Mato Grosso do Sul o fornecimento de medicamentos, produtos industrializados, derivados vegetais ou fitofármacos à base de Cannabis sativa,

especialmente aqueles contendo canabidiol, nos últimos três anos? III - Qual é o número de pacientes atendidos ou tratados pelo Sistema Único de Saúde, no Estado de Mato Grosso do Sul, com medicamentos, produtos industrializados, derivados vegetais ou fitofármacos à base de Cannabis sativa, especialmente aqueles contendo canabidiol? IV - A Secretaria de Estado de Saúde dispõe de plano, protocolo, programa, política pública, levantamento técnico ou base de dados específica acerca da demanda, do perfil dos pacientes, das indicações terapêuticas, dos custos e do planejamento de aquisição ou fornecimento de medicamentos, produtos industrializados, derivados vegetais ou fitofármacos à base de Cannabis sativa? V - Em caso positivo, requer-se o encaminhamento de cópia integral dos estudos, notas técnicas, protocolos, planejamentos, relatórios orçamentários, levantamentos administrativos ou demais documentos existentes sobre o tema. VI - Em caso negativo, requer-se que a secretaria informe se há previsão de elaboração de plano, protocolo ou política pública específica para regulamentação administrativa e execução da Lei Estadual nº 6.317/2024, bem como o estágio atual das providências eventualmente adotadas. A apresentação desse requerimento, senhor presidente, se dá pelo seguinte motivo: nós aqui aprovamos, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei de minha autoria que resultou na Lei nº 6.317/2024, que garante a oferta de canabidiol na Rede Pública de Saúde. Ocorre que a lei determina que o Estado faça a regulamentação do protocolo de dispensação desse medicamento na Rede Pública de Saúde. Enquanto a Secretaria de Estado de Saúde não regulamentar, a lei fica praticamente inócua, porque nós sabemos que, hoje, ainda não há esse medicamento na Rede Pública de Saúde. E nós estamos aqui solicitando informações sobre os gastos que o estado está tendo para comprar esse medicamento e atender às determinações judiciais. Muitos pacientes estão recorrendo à Justiça para terem o direito de acesso ao canabidiol, já que o Estado não está oferecendo, na rede pública, o medicamento para todos os pacientes que necessitam. Então, aqueles que não têm condições financeiras para adquiri-lo estão entrando na Justiça para garantir o acesso a esse medicamento. Nós queremos saber quanto o Estado está gastando para atender esses pedidos da Justiça e como o Estado está se organizando para regulamentar essa lei e passar a oferecer o medicamento sem que haja necessidade de as pessoas recorrerem ao Poder Judiciário para terem acesso a esse tratamento. Também, senhor presidente, eu quero apresentar uma moção de apoio às pautas de reivindicação dos trabalhadores em educação do Município de Campo Grande, em nome do professor Gilvano Bronzoni, presidente do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública. E a moção deverá ser assim redigida: “A Assembleia Legislativa, legítima representante dos ideais e aspirações do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova moção de apoio às pautas de reivindicação dos trabalhadores em educação do Município de Campo Grande, em nome do professor Gilvano, presidente do sindicato. A educação pública é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e humano de qualquer sociedade. Nesse contexto, os profissionais da educação exercem papel indispensável na formação das futuras gerações, merecendo reconhecimento, respeito e condições dignas para o exercício de suas funções. A reivindicação da categoria pela implementação do reajuste de 5,4%, previsto na política do Piso 20 Horas, decorre de compromisso anteriormente pactuado com a administração, constituindo importante instrumento de valorização da carreira do magistério municipal. O

respeito aos acordos firmados entre a administração pública e os servidores representa princípio essencial para a construção de relações institucionais pautadas na confiança, na segurança jurídica e no diálogo. Diante disso, nós manifestamos nosso apoio aos professores e professoras da rede municipal de ensino de Campo Grande, reconhecendo a legitimidade de suas reivindicações e reiterando a importância da valorização dos profissionais da educação como investimento indispensável para o futuro da sociedade.” A categoria decidiu por um dia de paralisação na próxima sexta-feira para pressionar a prefeita de Campo Grande, no sentido de cumprir os acordos firmados anteriormente, relativos ao pagamento do piso do magistério para vinte horas. É importante dizer que essa é uma luta já de muitos anos da categoria, que teve uma lei aprovada no município, não foi cumprida, depois houve uma repactuação com o Executivo e, até hoje, os professores e professoras de Campo Grande estão nessa luta para terem o direito assegurado ao pagamento deste piso para vinte horas de trabalho. Senhor presidente, era isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e também pelas redes sociais. Senhor presidente, tenho uma indicação. Indico à Mesa, conforme o Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Ribeiro, solicitando a realização de estudos técnicos, operacionais e orçamentários visando à criação, implantação e estruturação do Pelotão Ostensivo de Drones da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, ou unidade operacional equivalente, destinado ao emprego de aeronaves remotamente pilotadas nas ações de policiamento ostensivo, preventivo, especializado e de apoio às operações integradas de segurança pública. A presente indicação tem como finalidade sugerir ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a análise da viabilidade técnica da utilização desse equipamento, porque nós temos que evoluir nos equipamentos de segurança pública. O drone hoje é uma realidade e, em muitas localidades, principalmente na questão da preservação do meio ambiente, na fiscalização dos nossos rios e também em lugares de difícil acesso, ele exerce um papel muito importante, diminuindo os custos para o Estado na realização de operações policiais. Então, esse é um pedido para que o Estado possa equipar as forças de segurança, mas também criar um departamento voltado à operação de equipamentos como esse, que vêm a ser um complemento do trabalho que a nossa segurança pública já realiza; e ela está de parabéns. Nós, que temos acompanhado em vários cantos do país o aumento da criminalidade, sabemos que o nosso estado é seguro, onde a população tem esse sentimento de segurança. Não temos aqui essa questão de milícias, de cobrança de pedágios, como vemos em outros lugares, pedágios até para ter acesso à televisão. Há locais onde existe um sistema de crime organizado que faz uma coação à população. O nosso estado é livre de tudo isso porque a nossa segurança pública funciona e traz segurança, de fato, para a nossa população. Com esse sistema de controle

por meio de drones, nós temos a certeza de que vamos avançar ainda mais e continuar sendo um dos estados mais seguros da federação. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Senhor presidente, quero apresentar uma indicação que deverá ser encaminhada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), solicitando a manutenção, em caráter de urgência, da Ponte do Corixão, localizada no Braço Inhumas, na MS-228, próximo ao município de Rio Verde de Mato Grosso. Moção de congratulação ao senhor Rafael Azambuja, em razão do excelente trabalho desenvolvido em prol da inclusão, da acessibilidade e da participação social de crianças atípicas, pessoas com deficiência e suas famílias nos eventos tradicionais do município de Maracaju. E, por último, senhor presidente, quero apresentar um projeto de lei que dispõe sobre os direitos dos pais, responsáveis e alunos, enquanto usuários dos serviços prestados pelas escolas da rede pública do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Era só o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, a todos os presentes nessa Sessão. Quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao presidente do Sindicato da Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul (Secovi/MS), senhor Renato Peres, extensiva a toda sua diretoria, eleita para o mandato de 2026 a 2030. A justificativa está anexa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma moção de congratulação (Prot. nº 01616/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: um requerimento (Prot. nº 01608/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 1610/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 1613/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01612/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 1614/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 01627/2026, 01617/2026, 1611/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nºs 01625/2026); uma moção de apoio (Prot. nº 01618/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 01628/2026). De autoria do deputado Hashioka: cinco indicações (Prot. nºs 01619/2026, 01620/2026, 1621/2026, 1622/2026, 1623/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01626/2026, 1615/2026); um projeto de lei (Prot. nº 1624/2026).). Quero registrar e agradecer a presença do senhor Carlos Antônio Menezes, vice-prefeito de Guia Lopes da

Laguna; cumprimentar e registrar também a presença do Danilo, do Quebracho, vereador do município de Anaurilândia; e do Leonardo de Jesus Godoy, vereador também do município de Anaurilândia. Muito obrigado pela presença. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, o que me traz à tribuna nesta manhã é o assunto das "bets", esses jogos que se tornaram epidemia no país. Hoje há um amplo debate sobre esse tema. Inclusive, o Governo Federal está bastante empenhado em discutir com a sociedade uma forma de limitar o acesso das pessoas a esses jogos eletrônicos, às bets, ao Tigrinho e a outros semelhantes. Por quê? Porque, além de causarem um enorme endividamento das famílias, também estão se tornando uma emergência de saúde pública, principalmente no que se refere à saúde mental das pessoas. Eu já recebi no meu gabinete, e tive a oportunidade de falar aqui quando apresentei um projeto de lei para conscientizar a sociedade sobre os riscos desses jogos, os riscos das bets. Também tive a oportunidade de relatar que recebi algumas pessoas em meu gabinete relatando problemas de saúde mental e de endividamento em função da dependência desses jogos. Vejam só. Eu conheci pelo menos três casos em que a pessoa estava viciada em jogo, dependente daqueles jogos e não conseguia se livrar daquilo. Foi gastando tudo o que tinha, começou a vender móveis da família e, quando a mulher percebeu o motivo do endividamento, era justamente a dependência do marido com relação a esses jogos. Um segundo caso foi de um conhecido, de um amigo, que esteve aqui relatando que ficou três meses em uma clínica para tratamento desse transtorno relacionado à dependência desses jogos. A pessoa teve que se afastar do trabalho, não pôde voltar ao ambiente de trabalho para não ter uma recaída e também precisou mudar de cidade para recomeçar a vida em outro lugar. Tanto é que hoje mora fora do estado, trabalhando em outra atividade, mas tentando reconstruir sua vida depois do estrago que a dependência desses jogos causou quando morava aqui em Campo Grande. E um terceiro caso, também de endividamento. A mulher percebeu que o marido estava ligando para amigos pedindo dinheiro emprestado, dizendo que era para tratamento de doença ou para comprar remédios, mas, na verdade, era para jogar. Então, hoje há um debate nacional sobre essa questão, porque uma parte significativa das famílias brasileiras está endividada em função dessa dependência dos jogos. Mas também existe um dossiê relativo à saúde pública e à saúde mental das pessoas, apontando que onze milhões de brasileiros estão apresentando sinais de vício com relação a esses jogos. Isso não é pouca coisa. Outra informação importante levantada por essa pesquisa é que pelo menos um milhão de brasileiros apresentou transtorno mental ligado ao jogo. Vejam, portanto, o tamanho do problema que a sociedade está enfrentando com relação às bets. Além disso, mais da metade dos adolescentes no Brasil está exposta ao jogo e correndo riscos, inclusive de se tornar dependente e sofrer prejuízos para a vida social e para a vida estudantil. As atividades escolares já vêm apresentando reflexos negativos dessa realidade. É uma questão preocupante porque se trata de adolescentes, de pessoas que estão na fase dos estudos, da preparação para o trabalho e da preparação para a vida adulta, e já estão expostos a esse vício nas bets, comprometendo muito de suas vidas. Então, eu queria

deixar aqui esse dado que é muito preocupante sobre como isso está afetando, inclusive, a economia do país. Esse dossiê elaborado indica que são gastos pelo menos trinta bilhões de reais em função da dependência dos jogos e dos transtornos mentais causados por esses jogos aqui no Brasil. Portanto, não é pouca coisa. Não é pouco recurso que está sendo destinado para lidar com esse problema que atinge hoje uma parcela significativa da população. Então, retomo aqui, senhor presidente, senhores deputados, esse assunto e já tive a oportunidade de fazer esse debate quando votamos o meu projeto de lei, que hoje já é lei em nosso estado. O Governo do Estado deveria implementá-la e fazer cumprir essa legislação, divulgando para a sociedade um alerta sobre o que esses jogos são capazes de provocar na vida das pessoas. É preciso alertar sobre os riscos que as pessoas correm de se tornarem dependentes desses jogos. Campanhas educativas já deveriam estar acontecendo justamente para conscientizar a população sobre esses riscos. Mas, como hoje está ocorrendo um debate nacional sobre essa questão, quero retomar esse assunto e fazer este reforço para que o Governo do Estado implemente a lei que foi aprovada e faça chegar, principalmente às escolas, aos adolescentes e àqueles que estão no ensino médio, esse alerta para que não sejam assediados nem induzidos a cair nessa armadilha que são as bets, esses jogos que podem causar dependência e transtornos mentais. Senhor presidente, quero dizer que é responsabilidade de toda a sociedade o cuidado com os adolescentes e com as famílias, de um modo geral, até porque, como eu disse aqui, onze milhões de brasileiros estão apresentando sinais de vício e dependência dos jogos. É um assunto que está causando muita preocupação, porque famílias estão endividadas, pessoas estão perdendo empregos, pessoas estão tendo comprometendo suas atividades laborais, perdendo oportunidades de permanecer no emprego, de cursar uma faculdade, de estudar, e deixando tudo isso em função desse vício, dessa dependência dos jogos. Então, fica aqui o nosso alerta, mas também um apelo para que o Governo do Estado implemente a lei — de minha autoria — que aprovamos nesta Casa, promovendo campanhas educativas e fazendo chegar às escolas e aos órgãos públicos esse alerta sobre os riscos que as pessoas correm quando caem na armadilha desses jogos. A pessoa começa a jogar, ganha alguma coisa e, então, se sente estimulada a jogar cada vez mais, na ilusão de que poderá enriquecer um dia, mas acaba se afundando em dívidas e não consegue se livrar dessa armadilha que o jogo acaba criando. Portanto, fica aqui o nosso alerta e o nosso apelo ao Governo do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde, já que se trata também de um problema de saúde mental, para que promovam campanhas educativas nesse sentido. Senhor presidente, era isso. Agradeço a generosidade de Vossa Excelência. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Continuamos ainda no Grande Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, por inversão — gentileza do deputado Paulo Duarte —, o deputado Zé Teixeira. Registro e agradeço a presença do amigo César Moretti, vereador do município de Paranaíba.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Presidente, como eu estava atendendo no gabinete, não

tive tempo, mas tenho uma indicação aqui para o senhor Rodrigo Perez e para o senhor secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando mais rigor nas ações de segurança pública, com o policiamento ostensivo na área central de Campo Grande, principalmente na região do quadrilátero formado entre as ruas Rui Barbosa, 14 de Julho e as avenidas Eduardo Elias Zahran e Presidente Ernesto Geisel. Eu trouxe aqui alguns dados, fotografias e matérias. Tem fotografia de pessoa chegando ao seu estabelecimento no centro de Campo Grande e encontrando tudo roubado, com os fios arrancados, sem nenhuma condição de trabalho. "Comércio amanhece sem fios de energia furtados por ladrões no centro; crime provoca interrupção da energia e gera prejuízo." Está aqui a matéria. Outra matéria. "Comerciante denuncia onda de furtos de materiais na região da Santa Casa." Estão aqui as fotografias dos furtos e a situação dessas pessoas, inertes diante do que está acontecendo. São coisas absurdas. Campo Grande é uma cidade maravilhosa, uma cidade da qual nós tínhamos orgulho de dizer que era a nossa Capital Morena. Hoje, o centro de Campo Grande está tomado pela droga, está tomado pelos viciados. Outra notícia: "Vídeo mostra ladrão entrando pela porta da frente e furtando pizzeria em quatorze segundos na avenida Mato Grosso." Está aqui a fotografia e a matéria. Preocupado com tudo isso, sem contar o sofrimento dos usuários de veículos de Campo Grande, que não têm nem como trafegar pela nossa linda Cidade Morena, de tantos buracos. São coisas absurdas o que estão acontecendo na nossa cidade, na nossa Capital, que era um orgulho para nós. E hoje vemos a situação em que Campo Grande se encontra e eu tenho absoluta certeza de que isso não agrada o nosso secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, até porque eu o conheço há muitos anos e sei da sua capacidade. Também não deve ser desejo do governador Eduardo Riedel, porque a segurança pública é um dever do Estado, mas nós estamos vendo a nossa Cidade Morena inerte, tomada por ladrões, tomada por viciados em drogas e sem condições de reagir a essa situação. E percebe-se claramente, deputado Junior Mochi, o alto custo para uma pessoa manter um comércio no centro da cidade, devido ao valor do aluguel e do IPTU. Isso hoje está descentralizando o comércio. O comércio está indo para a periferia da cidade, ficando mais próximo dos consumidores. E você vê, no centro das grandes cidades do Brasil, especialmente nas capitais, que ninguém mais suporta viver em um país com tanta desordem, com tanta bagunça e com tanta falta de segurança pública. O meu amigo e pré-candidato à Presidência da República, Ronaldo Caiado, chegou a pedir autorização para ir aos morros do Rio de Janeiro buscar ladrões que haviam fugido de Goiás. Segundo ele, isso acontece porque Goiás é um estado disciplinado, onde antes eram roubadas dez, quinze caminhonetes por dia e, hoje, essa realidade mudou. As pessoas podem sair pelas ruas de Goiânia com seus pertences, bolsas e objetos pessoais com mais tranquilidade, porque houve um enfrentamento efetivo à ação dos ladrões, porque tem postura, competência e capacidade para coibir. E o nosso estado não é diferente. Eu sei da firmeza, da seriedade, da capacidade e da competência do nosso secretário Antônio Carlos Videira. Então, venho aqui, como representante do Estado de Mato Grosso do Sul para dizer que recebi mais de vinte matérias relatando furtos no centro da capital, de todos os tipos, em especial o furto de fios de cobre, que as pessoas roubam para comprar drogas. Estamos vendo o centro de Campo Grande com falta de efetividade policial, dia e noite. Há a atuação da Guarda Municipal, mas é preciso trazer tranquilidade e sossego para quem reside na

capital, porque esta não é a Cidade Morena da qual tínhamos orgulho e sobre a qual falávamos de peito cheio, como uma das capitais mais bonitas do nosso país. Hoje, vemos uma situação de ruas esburacadas, saúde sem a qualidade desejada, educação necessitando de aperfeiçoamento e, agora, o centro da capital está tomado por ladrões. Diante dessa situação, não podemos, como representantes da população, ficar calados. Recebi mais de vinte matérias relatando ocorrências no centro da capital, na avenida Mato Grosso. O cidadão chega à sua pizzaria para abrir as portas e não encontra mais nada. Roubaram tudo em quarenta segundos. São mais de vinte casos, e aqui estão as fotografias e as matérias que comprovam essa situação. Por isso, venho aqui pedir atenção e, como representante do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial da nossa capital, onde exerço meu trabalho como deputado estadual, não poderia ouvir as reclamações dos empresários e comerciantes e permanecer em silêncio. Venho trazer esta preocupação em nome dos comerciantes e empresários desta cidade. Eu vou permitir um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Zé Teixeira, eu quero me somar a Vossa Excelência, principalmente porque recebi, na semana passada — em uma conversa na Associação dos Construtores de Mato Grosso do Sul (Acomasul) —, um relato muito preocupante. Ali existem mais de duzentos pequenos empresários que dedicam suas vidas e suas atividades empresariais à construção de moradias, principalmente dentro dos programas da Caixa Econômica Federal, como Faixa 1 e Faixa 2. Uma das grandes reclamações e colocações que eles me fizeram diz respeito ao que acontece após a conclusão das obras. Como há uma demora para a emissão do Habite-se, eles precisam esperar a entrada do morador no imóvel para instalar o padrão de energia e os fios, porque, se instalarem antes, acabam sendo vítimas de furto. Eles me disseram o seguinte: se deixar instalado, se deixar os fios no local, a certeza é de que serão furtados. Infelizmente, essa é uma realidade que também me foi trazida pelos construtores e por essa associação. Eles relataram a grande dificuldade que enfrentam em razão desses furtos, muitas vezes tratados como pequenos furtos, mas que causam enormes prejuízos. Isso afeta diretamente aqueles que estão investindo e vivendo dessa atividade, construindo duas, três ou quatro casas, concluindo uma etapa, recebendo pelos imóveis e iniciando novas construções. São pessoas que contribuem para o desenvolvimento de Campo Grande e para a ampliação da oferta de habitações. No entanto, esse é um problema seriíssimo, por isso, considero a fala de Vossa Excelência oportuna e importante, pois realmente é preciso que sejam tomadas providências para coibir o que está acontecendo.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Zé Teixeira...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado Junior Mochi, vou incorporar a fala de Vossa Excelência. Como existe o sistema de câmeras em praticamente todas as capitais e em muitas cidades, há registros e imagens dos autores dos furtos. É tão fácil identificar, porque está lá a imagem da pessoa, o rosto de quem praticou o furto e isso facilita muito o trabalho da polícia. O deputado Caravina, que é delegado e prestou um grande serviço ao nosso estado, sabe disso. Quando existe a imagem registrada pelas câmeras, há um elemento importante para auxiliar a identificação e o trabalho investigativo.

Então, se tem a foto do ladrão, não é fácil de fazer uma investigação e deter essa pessoa, para que pare? E outra coisa: tem que ir atrás dos receptadores dos fios, porque, como disse o Lula, os viciados são vítimas dos traficantes, certo [sic]? Os ladrões são vítimas dos receptadores. E é muito fácil localizar os receptadores. O dependente que rouba para comprar droga acaba recebendo uma pena de dois anos de cadeia, mas, para o receptador, deveria haver uma legislação para prisão perpétua. Vossa Excelência, como delegado, sabe que houve o aumento da pena para o crime de feminicídio, chegando a quarenta anos. Mas eu entendo que não bastava elevar a pena máxima para quarenta anos. O importante seria estabelecer um cumprimento mínimo mais rigoroso. Porque a pena máxima, por si só, não resolve o problema se a pessoa acaba cumprindo apenas uma parte dela. Então, a lei tinha que ser diferente. Tinha que ter elevado a exigência de cumprimento da pena, para que o feminicida cumprisse, no mínimo, trinta anos, sem nenhum privilégio na cadeia, sem visita íntima, sem sair no Natal e no Ano Novo. Ele tem que ficar lá até aprender que é melhor se afastar de uma pessoa do que tirar a vida dela. Vou conceder um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Zé Teixeira, primeiro quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Também quero colaborar com a fala de Vossa Excelência e com a fala do deputado Junior Mochi. Eu tenho falado muito sobre segurança pública no estado e, em alguns pontos, precisamos reconhecer os avanços alcançados. Estou na área da segurança pública há muitos anos, desde 1990, e aqui no estado desde o ano 2000, como delegado. Posso afirmar que tivemos muitos avanços. Quando falamos em resultado na segurança pública, existem basicamente dois fatores fundamentais: infraestrutura para o trabalho policial e efetivo. Quando falo em infraestrutura, refiro-me a viaturas, equipamentos, armamentos, condições de trabalho para os policiais e também condições salariais. O estado avançou muito nessa área, especialmente na estrutura das delegacias de polícia, tanto no interior quanto na Capital. Precisamos reconhecer esse avanço, que vem desde o governo Reinaldo Azambuja e continua agora no governo Eduardo Riedel, principalmente na parte de infraestrutura e equipamentos. Mas ainda enfrentamos uma dificuldade relacionada ao efetivo. Estamos concluindo agora, na próxima sexta-feira, a formação de quatrocentos policiais civis, sendo cem escrivães e trezentos investigadores. Porém, muitos já ingressaram em outras carreiras e também houve aposentadorias. Portanto, esse número não será suficiente para atender toda a demanda, inclusive para fazer aquilo que Vossa Excelência mencionou: identificar os autores desses crimes. A Polícia Militar realiza o trabalho preventivo. Onde há policiamento ostensivo, há menos furtos e roubos. Eu sempre cito o exemplo das UPPs no Rio de Janeiro, que posteriormente foram desmanteladas. Mas, quando aquele modelo foi implantado, a criminalidade reduziu quase a zero. Não existe segredo em segurança pública: segurança se faz com polícia. Se você tem um bairro com dez mil moradores e apenas uma viatura circulando, terá determinado índice de criminalidade. Se aumentar para duas ou três viaturas, naturalmente haverá mais presença policial. É necessário investir em efetivo. Não há mistério. Os pilares são estrutura policial e efetivo. Quando Vossa Excelência falou sobre a legislação, também concordo. Embora isso não dependa de nós, mas da legislação federal, não adianta apenas aumentar a pena máxima se continuam existindo mecanismos que reduzem o tempo efetivo de cumprimento da pena. O crime de receptação, por exemplo,

possui punição considerada branda e acaba estimulando a prática dos furtos. Quando falamos dos furtos de fios, mencionados também pelo deputado Junior Mochi, o que estimula essa prática são justamente os receptadores. Muitas vezes, a consequência para quem recepta é mínima. Em algumas situações, a sensação é de que o autor é liberado antes mesmo de a vítima ter seu problema resolvido. Por isso, é necessária uma alteração na legislação federal, especialmente no Código Penal. Mas, além disso, é preciso investigação. E investigação se faz com Polícia Civil, com delegado conduzindo os trabalhos e investigadores realizando as diligências necessárias para identificar os autores e coibir a prática desses crimes. Portanto, essa é a minha contribuição ao debate. Sem retirar o mérito dos avanços já conquistados pelo Governo, precisamos fortalecer ainda mais a política de segurança pública por meio de efetivo, qualificação e valorização dos profissionais. Precisamos de mais policiamento. É difícil entregar resultados de qualidade com o efetivo que temos atualmente. É necessário ampliar esse quadro. Compreendemos as limitações financeiras do Estado, a questão da folha de pagamento e outras responsabilidades, mas é preciso priorizar o que realmente é prioridade. É redundante, mas é isso. Nós vamos ter que priorizar a segurança pública, porque esse é um dos temas mais importantes da atualidade em nível nacional. Qualquer pesquisa de opinião hoje coloca a saúde e a segurança pública entre os principais desafios da gestão pública. Portanto, precisamos aumentar o efetivo. Com a estrutura que já temos — e que ainda pode ser aprimorada —, é necessário ampliar o policiamento. Houve muitos avanços na estrutura, mas precisamos de mais policiais, tanto na área investigativa, que é a Polícia Civil, quanto na área preventiva, que é a Polícia Militar. Colocando mais policiais nas ruas, a criminalidade certamente vai cair. O furto de fios e os demais furtos tendem a diminuir com o aumento do efetivo nas ruas. Então, quero contribuir com essa reflexão. Parabéns pelo posicionamento de Vossa Excelência. E realmente ficamos indignados com situações como essas. O deputado Junior Mochi falou sobre o furto de fios, e eu vou contar o que está acontecendo em Bataguassu, onde minha esposa é prefeita. Na rodovia, os fios da iluminação pública já foram furtados três vezes. Qual foi a solução encontrada? Trocar as luminárias que utilizavam fiação por luminárias solares. O custo é muito maior, mas, pelo menos, não há fios para serem furtados. Vejam que absurdo: chegamos ao ponto de admitir que, diante da situação, foi necessário mudar todo o equipamento e investir mais de três mil reais em cada luminária solar para evitar os furtos. Esse é exatamente o ponto que Vossa Excelência destacou e que considero fundamental. Precisamos reforçar a questão do policiamento, discutir o endurecimento da legislação e, principalmente, identificar os autores dos furtos e os receptadores. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado Caravina, Vossa Excelência fez um aparte bastante longo e muito técnico, até porque é delegado. Mas o contribuinte, o pagador de impostos, não pode ficar esperando. Ele paga aluguel, IPTU, água, energia elétrica, salários e mantém suas atividades funcionando. E Campo Grande é uma cidade que há muito tempo não chegava ao nível de insegurança que estamos vendo agora. Porque, neste momento, a situação chegou a um nível realmente preocupante. Nós não podemos ouvir as reclamações dos empresários, que pagam seus impostos — impostos que, inclusive, custeiam o funcionamento do Estado e os salários de todos nós que estamos aqui trabalhando — e deixar de usar esta tribuna para dar voz a essa preocupação. Pelo

menos, precisamos demonstrar que nesta Assembleia existe alguém preocupado com essa situação. Aliás, pelos apartes do deputado Junior Mochi e do deputado Caravina, já ficou demonstrado que essa preocupação é compartilhada por diversos parlamentares desta Casa. E agora vou conceder um aparte ao meu colega e amigo deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, deputado. Primeiro, quero me referir ao que Vossa Excelência colocou sobre a situação de Campo Grande. É triste, deputado Zé Teixeira, constatarmos o caos que estamos vivendo na nossa capital, o abandono desta cidade que sempre foi um cartão-postal. Tenho alguns parentes que moram em outros estados e que vieram recentemente a Campo Grande. Eles me disseram: “Poxa, o que está acontecendo com Campo Grande? Uma cidade bonita, que antes era admirável pela sua beleza, hoje está abandonada”. Você anda pelos bairros da capital e vê lixo, mato alto e buracos por toda parte. Neste final de semana, eu estava indo a uma festa junina e caí em uma cratera. Se tivesse furado os pneus do meu carro, eu iria cobrar da prefeitura, porque é um absurdo o que está acontecendo nesta cidade. É um cenário de abandono. A capital do estado está mergulhada em buracos, lixo e matagal crescendo em todos os bairros. Mas, com relação à segurança pública, quero dizer a Vossa Excelência que também recebi várias reclamações. Inclusive, eu estava na festa junina da Pestalozzi, no sábado à noite, quando um senhor que mora e também é comerciante na região central da cidade falou comigo sobre a escuridão existente em várias ruas do centro, especialmente na rua Rui Barbosa e na rua Treze de Maio. Ele dizia o seguinte: que isso também é um problema de segurança pública, porque, na escuridão, acontecem mais furtos, tanto de fios quanto contra pessoas que transitam pelo local durante a noite. Ele me disse: “Deputado, faça alguma coisa. Apresente um requerimento para que a prefeitura troque as lâmpadas ou melhore a qualidade da iluminação pública”. Eu penso o seguinte: se ele está reclamando da situação no centro da cidade, imagino como deve estar essa realidade nos bairros, especialmente com relação à escuridão. Deputado, a segurança pública é, em primeiro lugar, responsabilidade do Governo do Estado. E eu lamento que o governador Eduardo Riedel tenha se juntado a outros governadores para fazer oposição à PEC da Segurança Pública apresentada pelo Governo Lula. Essa PEC visava justamente a integração das polícias, a integração dos estados com o Governo Federal e com a Polícia Federal, para melhorar a eficiência no combate à criminalidade. Então, precisamos também resgatar esse debate, porque realmente as pessoas estão reclamando muito da segurança pública. E eu lamento que o Governo do Estado não tenha aderido nem apoiado essa PEC da Segurança, porque tenho certeza de que um somatório de esforços entre o Governo do Estado e o Governo Federal poderia trazer resultados importantes. E faço essa observação sem retirar a responsabilidade da prefeitura em relação à iluminação pública, porque trocar as lâmpadas e melhorar a iluminação também é uma medida que contribui para a segurança da população. Acredito que a soma dessas ações melhoraria muito a situação que estamos vivendo aqui na nossa capital. Por isso, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer à tribuna um tema de extrema importância para Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado, eu incorporo o aparte de Vossa Excelência, mas quero dizer que a segurança pública do Estado de Mato Grosso do Sul,

pelas pessoas que hoje a dirigem, especialmente pelo secretário Antônio Carlos Videira, conta com alguém de extrema confiança e capacidade. Agora, quando começamos a enfrentar dificuldades como falta de policiais civis, falta de policiais militares e falta de viaturas, a situação se complica. Segundo o doutor Antônio Carlos Videira, em conversa que tive com ele, já existe uma licitação concluída e está sendo aguardada a entrega de quinhentas viaturas novas, ainda antes do dia 4 de julho, que é o prazo máximo em razão do período eleitoral. Tomara que essas viaturas cheguem e possam contribuir para atender essa demanda. Agora, quando Vossa Excelência fala sobre a iluminação pública, basta olhar na conta de energia e verificar quanto se paga de Cosip, que é uma taxa específica. Essa não é uma competência minha nem de Vossa Excelência, mas é uma competência da Câmara Municipal fiscalizar quanto é arrecadado da população, qual é a empresa terceirizada responsável pelo atendimento, qual é o orçamento destinado à iluminação pública e para onde está indo esse dinheiro. Eu não tenho como saber. O que eu sei é que pago essa taxa, e ela não é barata. Assim como também se paga taxa de lixo. Hoje existe taxa para tudo. Pode faltar policial militar, mas não faltam impostos. Além da carga tributária que já existe e que se aproxima de 40%, ainda há uma série de taxas: taxa disso, taxa daquilo... Porque, quando o governo quer resolver alguma coisa, muitas vezes a solução apresentada é criar ou aumentar uma taxa. Quando Vossa Excelência fala da administração de Campo Grande, a reflexão é simples. Este é um ano eleitoral, e basta observar o currículo das pessoas. O que elas fizeram na vida particular [sic]? O que administraram anteriormente? Porque, se uma pessoa nunca administrou nada, como vai administrar uma capital? Eu acredito que esse é um preço que estamos pagando. Muitas vezes, empresários e pessoas com experiência administrativa querem distância da política. Hoje, assumir a administração de uma cidade como Campo Grande exige enorme capacidade de gestão. Eu gostaria de saber, por exemplo, quantas pessoas trabalham em determinados setores dos municípios. Em Dourados, segundo informações que recebi do secretário, existem aproximadamente mil e oitocentos servidores concursados somente na área da saúde, com uma média salarial de catorze mil e quinhentos reais por mês. Enquanto isso, você encontra um administrador de fazenda responsável por trinta mil hectares de terra, por máquinas, equipamentos e uma grande estrutura produtiva, recebendo menos de dez mil por mês. Ele desempenha aquela função porque aprendeu, se qualificou e entrega resultados. Se não fizer bem feito, o proprietário substitui por outra pessoa. No setor público, a realidade é diferente: "sentam" em cima das leis, "sentam" em cima dos concursos públicos, e aí, para poderem ser dispensados por falta de cumprimento daquilo que assumiram quando fizeram o concurso público, as pessoas param de produzir [sic]. Isso é uma coisa que deveria mudar na lei também. Eu não sou contra o concurso público. Eu sou contra a pessoa que senta em cima de um concurso público, recebe o dinheiro do nosso salário e produz pouco. Porque, quando se falou aqui sobre a segurança pública, também existe a Guarda Municipal. Quantos guardas municipais há em Campo Grande? Eu não sei. Mas por que a atual gestão não coloca esses guardas municipais para cuidar do centro de Campo Grande, para ver se os proprietários das lojas e das empresas conseguem sobreviver? Porque não estão conseguindo. No estado em que está o Brasil, e Mato Grosso do Sul não é diferente, nós estamos entrando em um desânimo. Você passa nas ruas e as duas placas que mais vê são: "vende-se" e "aluga-se". Você não acha quem compre nada, porque estamos

passando por uma economia estagnada, em que nada do que você compra supera a taxa de juros que existe no país. Com juros de 15%, ninguém ganha isso em lugar nenhum do mundo. Então, eu acho que o momento é preocupante. Estou trazendo aqui um assunto relacionado à falta de segurança pública no centro de Campo Grande. A periferia não deve ser diferente. Mas isso não é diferente apenas de Campo Grande; acontece em quase todo o Brasil, exceto em alguns estados que têm governadores como Caiado, como o de Santa Catarina e o estado mais populoso do país, São Paulo. Vá ver o investimento que o Tarcísio está fazendo em inteligência. Porque hoje o mundo é moderno. Talvez não seja necessário investir tanto no ser humano quanto na tecnologia. Quem trabalha mais no banco hoje? Pouca gente. É o computador. O iPhone paga, recebe, transfere e acabou eliminando boa parte da atuação humana. O Bradesco, por exemplo, já fechou duas mil e oitocentas agências. Todas essas agências tinham pessoas trabalhando, mas foram substituídas pela informatização. Por quê? Pelo custo. Quando se fala que está faltando emprego no Brasil, está mesmo, porque cada salário que você paga aqui, se é três, você paga seis, o dobro, por causa do custo trabalhista. É um custo que nós não conseguimos assimilar no setor privado. Então, às vezes, em vez de empregar mais uma ou duas pessoas, você investe em tecnologia. Hoje os tratores trabalham com GPS. Daqui a uns dias não vai existir nem tratorista. Você vai pegar um controle remoto e fazer o trabalho de gradear a terra à distância. Então, eu estou achando tudo muito difícil. Mas o momento é preocupante. Ontem tratei aqui da saúde da nossa cidade, que está um caos. E não é diferente em todo o estado. E hoje eu não poderia deixar de vir aqui representar os comerciantes de Campo Grande, que lamentam a falta de segurança no momento que está passando a nossa capital. Eu já encaminhei essa preocupação e acredito que o nosso secretário vai tomar providências, porque é um homem capaz e competente. E o nosso governador também, com certeza, vai entender que este é um momento em que o centro de Campo Grande — e não sei se a periferia também — pede clemência na segurança pública. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Senhor presidente, por questão de ordem, quero fazer uma comunicação sobre a composição da bancada do Republicanos e a indicação de sua liderança partidária. "Senhor presidente, os deputados estaduais abaixo assinados, integrantes do Partido Republicanos, com representação na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no Regimento Interno desta Casa de Leis, especialmente nos dispositivos que tratam da liderança partidária e das bancadas

parlamentares, comunicar a composição da bancada do Republicanos no âmbito da Assembleia Legislativa. A bancada do Republicanos passa a ser composta pelos seguintes parlamentares: deputado estadual Antonio Vaz, deputado estadual Hashioka, deputado estadual Pedrossian Neto e deputado estadual Renato Câmara. Na forma regimental, comunicamos a indicação do deputado estadual Renato Câmara para exercer a função de líder da bancada do Republicanos, bem como do deputado estadual Pedrossian Neto para exercer a função de vice-líder. Diante disso, requer-se o recebimento da presente comunicação, com o consequente registro da bancada do Republicanos e de sua liderança partidária junto à Mesa Diretora, para todos os efeitos regimentais, inclusive participação em reuniões de líderes, encaminhamentos, indicações de membros para comissões e demais prerrogativas asseguradas às representações partidárias. Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração". Senhor presidente, esse é um anseio da bancada do Republicanos. Com as nossas reuniões, queremos participar mais ativamente e poder contribuir com as discussões e ideias desta Assembleia Legislativa. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Republicanos ativo. Dá para colocar até o nome nesse lema. Quero registrar e agradecer a presença do senhor Rodrigo Sacuno, prefeito municipal de Naviraí. Também registro e agradeço a presença do senhor Júlio Buguelo, prefeito de Glória de Dourados. Muito obrigado pela presença em nosso Plenário. Está encerrado o Grande Expediente. Passamos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre a existência de quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, estão presentes vinte e dois senhores deputados e deputadas, portanto, há quórum para deliberação das matérias constantes da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 236/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. "Estabelece diretrizes de incentivo à proteção e atenção às mães atípicas e institui a Semana Estadual das Mães Atípicas". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Nós apresentamos esse projeto pensando no que passam as mães atípicas que fazem seu trabalho com tanto amor e carinho. Por isso a gente estabeleceu essa Semana Estadual das Mães Atípicas, exatamente para poder ouvi-las, para discutir políticas públicas que venham dar atenção básica a essas mulheres. Quero aqui colocar o que são mães atípicas. O projeto diz que mãe atípica é a mulher ou a cuidadora responsável pela criação de filhos que necessitem

de cuidados específicos, como pessoas com deficiência, síndromes, transtornos e doenças raras, tais como déficit de atenção, hiperatividade, autismo, atrofia muscular espinhal (AME), etc. Enfim, são mulheres que dedicam a sua vida inteiramente aos seus filhos e que, muitas vezes, ficam na invisibilidade. A gente não vê o que essas mulheres passam no dia a dia. Nós tivemos aqui vários debates ouvindo essas mulheres e entendemos a importância de dar visibilidade à dor, ao sofrimento e, acima de qualquer coisa, ao amor que essas mulheres dedicam a essas crianças, a esses filhos. Então, acho muito importante a aprovação desse projeto. Será na primeira semana do mês de setembro, quando nós teremos debates, ouvindo essas mulheres e realizando campanhas de conscientização para a população, para que todos compreendam a importância de oferecermos atendimento específico a essas mães que muitas vezes necessitam de acompanhamento psicológico e atendimento especializado, para que possam ter suporte emocional e continuar cuidando de seus filhos. Era o que eu tinha, senhor presidente. Voto sim e desde já agradeço, porque vejo no painel que os nossos parceiros deputados também votaram favoravelmente ao projeto. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 0236/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Quero registrar e agradecer a presença do senhor Jefferson Vieira, vereador do município de Bela Vista. Com a palavra, pela ordem, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Senhor presidente, eu queria fazer um convite aos deputados, deputadas e aqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems e as pessoas que se fazem presentes aqui no Plenário, que hoje à tarde nós teremos uma audiência pública, juntamente com o IBGE, para comemorar os noventa anos do IBGE em nosso país. O tema da audiência é: "Retratos de uma Nação em Movimento". Então teremos aqui a presença do presidente do IBGE e do superintendente do IBGE no Estado de Mato Grosso do Sul. Será hoje às 14h. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 251/2025. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Cavalcada Ecológica de Miranda, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 251/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Quero registrar e agradecer a presença do nobre vereador Pitu, em nome do presidente do PSDB, que não viu o senhor aqui. Pitu, seja bem-vindo. Faço esse registro em nome do PSDB, que vai falar agora.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, permita-me cumprimentar o nosso futuro colega Silvio Pitu, pré-candidato a deputado estadual e vereador da nossa capital. É uma alegria recebê-lo aqui. Também está presente o senhor Júlio Buguelo, prefeito de Glória de Dourados, e, em nome deles, cumprimento a todos que nos acompanham nesta Sessão. Seja muito bem-vindo, Pitu.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 264/2024. Autor: Poder Executivo. "Revoga e altera dispositivos da Lei nº 3.946, de 11 de agosto de 2010, que autoriza a instalação de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em estabelecimentos de ensino no Estado de Mato Grosso do Sul, adequando sua redação aos princípios constitucionais da administração pública, à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e às garantias de proteção à comunidade escolar". Estamos votando, em primeira votação, a constitucionalidade. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... É para discutir, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Não. Para dizer o seguinte: nós estamos votando em primeira discussão, mas quero deixar registrado, como presidente da comissão, que vou avocar esse projeto, para que possamos realizar uma reunião, presidente, com o corpo docente, os coordenadores e os pais. Isso porque está havendo alguma divergência sobre a matéria. Portanto, hoje nós vamos votar, e o meu voto

é favorável, naturalmente, quanto à constitucionalidade. Mas eu, como presidente da comissão, quero realizar uma audiência pública para que possamos ter a tranquilidade de que os vinte e quatro deputados votarão o mérito da proposta embasados na mesma compreensão e no mesmo sentimento dos professores, dos coordenadores e também dos pais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu só vou pedir celeridade a Vossa Excelência. Este projeto está há muito tempo parado nesta Casa e, hoje, a realidade é que as câmeras estão proibidas, e há lugares onde elas já estão instaladas. Por isso, nós precisamos dar urgência à tramitação desse projeto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Com o apoio do Governo, até porque nós temos que cumprir essa lei. É importante garantir a devida proteção aos nossos alunos. Todos são favoráveis à proposta, mas existem alguns detalhes que ainda precisamos discutir e que, no mérito, vamos organizar adequadamente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação o item 3. Quero registrar e agradecer a presença do Caudi Filho, do Vanderlei Botega, do Jaderson e do Nivaldo Bau, vereadores do município de Mundo Novo. Obrigado pela presença.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, esse projeto já está tramitando nesta Casa há muito tempo. Nós recebemos de algumas escolas a solicitação para que esse projeto fosse votado o mais rápido possível, até porque muitas delas receberam emendas parlamentares, compraram e instalaram câmeras em salas de aula. E nós sabemos que a lei precisa ser alterada, porque, hoje, essas câmeras estão proibidas. Ontem, falei com o secretário de Estado de Educação, o professor Hélio Daher, e ele pediu agilidade na votação do projeto. O projeto passou por uma série de adequações e, inclusive, hoje prevê a instalação das câmeras, permitindo o monitoramento, porém sem captação de áudio. E era justamente isso que as escolas estavam pedindo. A proposta busca garantir segurança aos professores e aos alunos, não para haver qualquer tipo de controle ideológico sobre os professores em sala de aula, mas para garantir segurança e dirimir alguns conflitos que, às vezes, acontecem dentro das salas de aula. Portanto, o projeto foi amplamente debatido, o secretário está pedindo agilidade, e acho que nós temos que dar essa resposta. As escolas estão aguardando essa definição, porque hoje o Conselho Estadual de Educação baixou uma resolução proibindo a instalação, já que a lei de 2010 também proibia, então, nós temos que alterar a lei. E acho que está na hora de aprovarmos esse projeto.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Senhor presidente, para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Além de declarar, já votei sim. Só quero esclarecer, porque eu estava conversando com o deputado Caravina, que há pessoas que ainda não leram todo o projeto. Não se trata simplesmente da instalação de câmeras e da divulgação dessas imagens ou desse áudio de forma indiscriminada. O uso desse material está previsto para casos específicos e protegido pela Lei Geral de Proteção de Dados. Então, faço esse registro. Estamos com esse projeto tramitando nesta Casa desde 2024. O que eu peço é que a gente pelo menos acelere a votação, porque essa é uma demanda da Secretaria de Estado de Educação e dos profissionais da educação, especialmente para garantir a segurança dos professores. Discutir o projeto, tudo bem. Mas que essa discussão não se transforme em enrolação e faça com que a matéria permaneça por muito tempo parada nesta Casa.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira. Ainda em votação, senhores deputados, para encerrar.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Eu queria fazer um breve comentário. Hoje estamos votando a constitucionalidade do projeto. Na minha avaliação, um projeto sem captação de som acaba comprometendo sua finalidade, porque os professores pedem que as câmeras tenham áudio. Basta fazer uma pesquisa. Quem está dizendo que não quer, pelo que tenho acompanhado, é apenas o sindicato. E digo isso porque, se um aluno faltar com respeito ao professor — e nós estamos vendo situações cada vez mais graves dentro das escolas, inclusive casos de violência e até assassinatos —, sem o áudio fica difícil saber exatamente o que aconteceu. Se um aluno xingar uma professora, por exemplo, sem a gravação do som ele pode depois dizer: “Eu apenas falei que ela é bonitinha”. E aí a situação fica sem o devido esclarecimento. Por isso, entendo que esse projeto perde parte do seu significado se não houver captação de áudio. Então, eu voto sim e, posteriormente, vou discutir o projeto.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom, esse projeto já está há algum tempo tramitando nesta Casa de Leis. É um projeto extremamente importante. Professores e diretores sempre nos ligam pedindo que ele seja colocado em votação, e ele está aqui desde 2024. Então, nós não podemos mais esperar. Eu sou totalmente favorável à existência de áudio, mas há uma corrente que entende que não deve haver captação de som. O que eu entendo é que não podemos mais deixar esse projeto parado. Precisamos tomar uma decisão e conceder essa autorização para que as escolas possam instalar câmeras, garantindo a proteção de toda a comunidade escolar: dos alunos, dos professores e de todos aqueles que trabalham dentro das escolas do Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, sou favorável ao projeto. Gostaria que tivesse áudio? Gostaria. Porque, como foi dito aqui, essas imagens estarão protegidas. Nós temos hoje a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e todo esse material ficará resguardado com a devida proteção. Essas imagens não serão levadas a público, mas servirão para dirimir questões e ocorrências que aconteçam dentro da própria escola. Então, o que eu acho é que precisamos aprovar esse projeto e garantir a instalação dessas câmeras nas escolas do Estado de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 0264/2024, de autoria do Poder Executivo.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em votação simbólica. Dois requerimentos, dezoito indicações e seis moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 5. Moções de pesar. Moção de pesar, apresentada pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento de Alberto Sebastião Alvarenga. Moção de pesar, apresentada pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento de Francisco da Conceição Silva. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Londres Machado, em razão do falecimento de Juscelino Alves de Queiroz. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Londres Machado, em razão do falecimento de Ozório da Silva Figueira. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Senhores deputados, ao encerrar a Ordem do Dia, quero dizer que sabemos das agendas, inclusive da agenda intensa pelo interior do estado, portanto, peço que os senhores deputados participem, mesmo que seja pelo Plenário virtual, das Comissões de Mérito, emitindo seus pareceres, para que os projetos continuem tramitando, independentemente do calendário eleitoral. Mantenham suas agendas, mas que também possamos contar com a participação de todos de forma virtual. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, reitero a solicitação aos senhores deputados para que, nas comissões de mérito, emitam seus pareceres. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado (11h04min).